

## NESTA EDIÇÃO

### 220 classificados na 1ª fase de concurso a juiz

Dos 1.019 inscritos, 220 foram aprovados na 1ª fase do 19º concurso para juiz substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho. O resultado foi divulgado em 26 de janeiro. A próxima etapa está prevista para 5 de março. *p.5*

### Unidade avançada em Rio Negro

A partir de fevereiro, unidade avançada da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais passará a funcionar em Rio Negro, em razão de convênio firmado no início de dezembro de 2004 entre a prefeitura rionegrense e o TRT-PR. A primeira audiência está agendada para o dia 25. *p.4*

### Perfil

### Competições e vitórias



Competir é altamente estimulante para o servidor Eduardo Santos Alonso, sobretudo se a competição for esportiva. O colega conta que desde os 7 anos dedica-se à prática metódica de exercícios físicos. *p.8*

### Vara de União da Vitória

## Obras na sede própria ocasionam atendimento em local provisório



*Na sede provisória, a secretaria da Vara do Trabalho de União da Vitória mantém atendimento*

Desde janeiro deste ano, a Vara do Trabalho de União da Vitória está funcionando na Avenida Interventor Manoel Ribas, 150 - sobreloja. A transferência temporária de endereço da unidade judiciária deve-se a obras que estão sendo realizadas na sede própria, na Rua Coronel João Gualberto. As obras prevêem ampliação do espaço e renovação das instalações do imóvel. O prédio, que contava com área de 389,95 m<sup>2</sup> (incluindo edícula) será ampliado para 462,63 m<sup>2</sup>. Como complemento, será disponibilizada ao imóvel nova comunicação visual de acordo com o padrão adotado pelo TRT do Paraná. *p.6*

## ENTREVISTA

### Fernando Salinas Molina

Juiz do Tribunal Supremo e Vice-Presidente do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha

*"Não caberá ao Conselho Nacional de Justiça estabelecer as linhas básicas da aplicação da Justiça, pois se assim o fizesse estaria se chocando com o Estado Democrático de Direito, que os brasileiros querem cada vez mais aperfeiçoado".* *p. 3*



# PASTILHAS

## Coleprecor agenda primeiras reuniões ordinárias de 2005

A última reunião ordinária de 2004 do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, realizada no Rio de Janeiro, definiu o calendário para as cinco primeiras reuniões ordinárias de 2005. Coordenado pelo presidente do TRT-PR, juiz Fernando Eizo Ono, o Coleprecor estará reunido nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro; 12 e 13 de abril; 14 e 15 de junho; 16 e 17 de agosto; 18 e 19 de outubro.

## Primeiras correições regionais deste ano

De 17 a 21 de janeiro, a Corregedoria da 9ª Região da Justiça do Trabalho realizou inspeção correicional no Fórum de Ponta Grossa. Para fevereiro, estão previstas visitas do juiz corregedor Nacif Alcure Neto e sua equipe de apoio às Varas de União da Vitória (1º e 2), Colombo (15) e Araucária (16 e 17), e ao Serviço de Distribuição dos Feitos de Curitiba (21).

## Site do TRT reformulado

O site oficial da Justiça do Trabalho do Paraná - [www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br) - está de "cara nova". Desenvolvida por profissionais do quadro próprio do TRT, a página foi reformulada, constituindo-se interface mais amigável e que facilita ao usuário a localização das informações procuradas. Segundo o presidente do Regional paranaense, juiz Fernando Eizo Ono, as modificações introduzidas pela Secretaria de Informática visam tornar mais ágeis a pesquisa a dados e atos processuais e o acesso aos diversos serviços prestados pelo TRT e pelas Varas do Trabalho - normas regimentais, boletim econômico, composição da Corte, atos da administração e notícias.



## TRT debate efeitos da Reforma

Os juízes do TRT do Paraná reuniram-se informalmente em dezembro do ano passado para a discussão de matérias da Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004) nas atividades do Regional. Em pauta, o acréscimo de competências à Justiça do Trabalho, distribuição de processos, aplicabilidade de novas normas ao concurso para juiz substituto em andamento, ações de indenização por dano moral e material e ações envolvendo representação sindical, entre outros.

## Curso de língua portuguesa

A partir de fevereiro, será disponibilizado aos servidores das Varas do Trabalho do Paraná curso de língua portuguesa. Serão 20 turmas ao todo. Os professores do Senac nas unidades da instituição irão ministrar as aulas. Nas localidades que não

contam com sedes do Senac, os servidores podem participar do curso em cidades próximas atendidas pela instituição. A organização está a cargo do Serviço de Admissão e Desenvolvimento Pessoal e Gerencial da Secretaria de Recursos Humanos do TRT-PR.

## Lançamento de livro com solidariedade

Na segunda quinzena de fevereiro será lançado o livro "Escritos Crônicos", do juiz substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho, no Solar do Rosário. A obra, com cerca de 40 poesias, é o resultado dos últimos quinze anos de dedicação do poeta. O dinheiro arrecadado com a venda do livro será revertido para instituições de caridade atendidas voluntariamente por servidores do TRT-PR.



## Vara do Trabalho solidária

Em dezembro de 2004, a juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora e os servidores da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão arrecadaram entre eles próprios dinheiro para aquisição de cestas com doces e presentes para famílias carentes do município. A iniciativa foi dos servidores e a distribuição ocorreu em 20 de dezembro. Atualmente, estão mobilizados na coleta de doações (roupas, especialmente) para carente grávida da região.

### AGENDA

- **São Paulo-SP:** De 10 a 26 de fevereiro será realizado o curso "Cálculos Trabalhistas com Ênfase para Área Jurídica", com carga horária de 15 horas/aula, no Auditório Unidade Consolação I. Informações: (11) 3124-3030 ou DDG 080011-0122.
- **Curitiba-PR:** Pós graduação *lato sensu* em Direito do Trabalho na PUC-PR. Os juízes Luiz Eduardo Gunther, Arnor Lima Neto, Marlene T. F. Suguiyama e Euclides Alcides Rocha (aposentado) fazem parte do corpo docente. Inscrições até 17 de fevereiro. Aulas a partir de 11 de março, às sextas à noite e aos sábados pela manhã. Informações: <http://www.pucpr.br/template.php?codredir=50&&codigo=1>.
- **Curitiba-PR:** A Ematra do Paraná promove o XVI Curso Preparatório para a Magistratura do Trabalho 2005. Os juízes Célio Hörst Waldruff e Sandra Maria da Costa Ressel (aposentada) são os coordenadores. As aulas começam em 29 de março, de segunda à quinta-feira. Vagas limitadas. Informações [amatra9@terra.com.br](mailto:amatra9@terra.com.br) e [amatra9@amatra9.org.br](mailto:amatra9@amatra9.org.br) / (41) 223-8734.
- **Curitiba-PR:** A Ematra do Paraná realiza, de março a dezembro de 2005, Curso de Especialização a Tutela Jurídica do Trabalho, com módulo especial sobre a Reforma do Judiciário e as novas competências da Justiça do Trabalho. Os juízes Célio Waldruff, Leonardo Vieira Wandelli e Sandra Ressel são os coordenadores. Informações: [amatra9@terra.com.br](mailto:amatra9@terra.com.br) e [amatra9@amatra9.org.br](mailto:amatra9@amatra9.org.br) / (41) 223-8734.
- **Curitiba-PR:** Cursos de Especialização em Direito e Comércio Internacional, Direito Administrativo e Direito Processual Civil. Inscrições até o início de março. Informações: [www.institutobacellar.com.br](http://www.institutobacellar.com.br) / (41) 3014-0740.

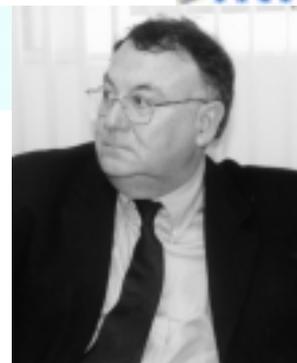


Sugestões e opiniões para o **Nona**:  
(41) 310-7171 / [ascom@trt9.gov.br](mailto:ascom@trt9.gov.br)

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: JUIZ FERNANDO EIZO ONO. VICE-PRESIDENTE: JUIZA WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. CORREGEDOR-REGIONAL: JUIZ NACIF ALCURE NETO. DIRETOR-GERAL: OSMAN CÉSAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO LINS. ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARCOS BADDINI, SORAYA WOLFF E ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: CARMEN ZIEGE, JUSSARA ELISA, SORAYA WOLFF, ARQUIVO TRT-PR E DIVULGAÇÃO. APOIO: MARINYR CHILA. ARTE FINAL: MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

# ENTREVISTA

**Fernando Salinas Molina**  
*Juiz do Tribunal Supremo da Espanha e Vice-  
 Presidente do Conselho Geral do Poder Judiciário*



## Conselhos de Justiça: Estado Democrático de Direito preservado

**F**ernando Salinas Molina é juiz do Tribunal Supremo da Espanha. Magistrado de carreira, ocupa também o cargo de vice-presidente do Conselho Geral do Poder Judiciário, órgão supremo de administração da Justiça em seu país. Formado em Direito pela Universidade de Barcelona, o juiz iniciou sua carreira no interior da Catalunha, atuando a partir de 1979 na jurisdição trabalhista. Considerado um magistrado progressista, Salinas participou das comissões que elaboraram os anteprojetos da lei de procedimento laboral e do equivalente espanhol ao nosso Código de Processo Civil. Foi professor associado de Direito do Trabalho e Previdência Social na Universidade Autônoma de Barcelona e na Universidade "Pompeu Fabra". É autor de diversos livros e artigos que tratam da mulher na legislação, informática judicial, direitos dos trabalhadores, acidentes de trabalho, responsabilidade dos administradores societários, contratação temporária e direitos fundamentais. Em 21 de janeiro, Molina proferiu palestra para juízes do Trabalho paranaenses (*mais informações na página 4 desta edição*). O magistrado foi também um dos palestrantes do 4º Fórum Mundial de Juízes, que aconteceu em Porto Alegre de 23 a 25 de janeiro.

**Que diferenças substanciais o senhor identifica, em termos de atribuições, entre o Conselho Geral do Poder Judiciário, do qual o senhor é vice-presidente em seu país, e o Conselho Nacional de Justiça, de criação recente no Brasil?**

Um e outro têm que defender a independência do Poder Judiciário e de seus integrantes, além de cuidar para que estes cumpram suas obrigações. As diferenças essenciais, à primeira vista, são que o Conselho Geral espanhol participa ativamente dos procedimentos para o ingresso por concurso na carreira judicial. Além disso, estabelece os sistemas de seleção, não apenas para a primeira instância, como também para o Tribunal Supremo e para os Tribunais Superiores. Incumbe ao Conselho, igualmente, controlar a disciplina dos juízes e dar as diretrizes para sua formação, atualização e aperfeiçoamento.

**O Conselho Geral Espanhol tem 20 membros, todos nomeados pelo Parlamento. Quem indica os nomes que são submetidos aos parlamentares?**

Desses 20 membros, 12 são magistrados e os demais são juristas de reconhecido prestígio, sem limitação de origem profissional. Esses últimos são eleitos diretamente pelo Parlamento, mediante acordo entre os partidos políticos com representação parlamentar, eis que é necessário um elevado quórum para a votação e também um alto percentual para aprovação do nome, que uma só agremiação partidária normalmente não consegue aglutinar. Quanto à dúzia de juízes, sua nomeação ao Conselho Geral decorre de um sistema misto: há uma eleição prévia no seio das associações de magistrados, que elaboram uma lista tríplice. O rol é então submetido ao Parlamento, que escolhe dentre os candidatos o futuro ocupante de cada cadeira.

**Que contribuição a experiência espanhola poderia dar ao Brasil quanto à defesa da independência da magistratura?**

Em primeiro lugar, percebo que os juízes brasileiros não têm o que temer quanto à instalação e ao funcionamento dos Conselhos, pois a ele serão submetidas apenas

questões relativas à magistratura. Ele será um órgão político-administrativo, não um órgão judicial. Portanto, ele não terá qualquer interferência na atividade estritamente judiciária, privativa dos membros da magistratura no exercício de suas funções. Não caberá, tampouco, ao Conselho estabelecer as linhas básicas da aplicação da Justiça no país, pois se assim o fizesse estaria se chocando com um Estado Democrático de Direito, que os brasileiros querem cada vez mais aperfeiçoado.

**A Reforma do Judiciário, de recentíssima vigência em nosso país, prevê a vinculação das súmulas jurisprudenciais. Em sua opinião, a garantia de maior independência dos juízes, com a criação de Conselhos, não encontra contra-senso na obediência dos magistrados de instâncias inferiores às decisões dos tribunais superiores?**

Essa questão, acredito, é muito discutível. Entendo que os tribunais superiores, em tese, conquistam e são merecedores de um elevado prestígio junto às outras instâncias e que decorre desse apoio a circunstância de as outras instâncias seguirem seu entendimento. Na Espanha, o Tribunal Constitucional admite que os tribunais inferiores decidam de modo diverso dos superiores, com adequada fundamentação, embora recomende que estes sigam o entendimento daqueles, por uma questão de segurança jurídica para a população. Acredito que essa é uma regra ponderada, equilibrada e vital para a liberdade de consciência.

**Como o senhor avalia a integração dos juízes na Comunidade Européia e a representatividade dos países na composição das futuras Cortes Comunitárias? O que há ainda por ser aperfeiçoado nas suas estruturas?**

A Comunidade Européia e sua integração legal permanece um campo aberto, com um variado leque de possibilidades de aperfeiçoamento. Os juízes espanhóis e dos demais Estados-membros são, em grande medida, também cortes da CE, uma vez que aplicam normas comunitárias tanto quanto fazem valer a legis-

lação de seu Estado, no que for aplicável a cada caso concreto. Quanto aos Tribunais Comunitários propriamente ditos, suas estruturas e competências ainda não estão claramente definidas em detalhes, devendo ser objeto da futura Constituição Européia.

**Como é a tramitação processual trabalhista na Espanha?**

A jurisdição espanhola trabalhista é, talvez, uma das mais eficientes no mundo. Isso porque seu procedimento é muito simples, no qual imperam princípios como o da oralidade, por exemplo. Há uma limitação aos recursos, quer por razões de matéria, quer em função do valor de alçada. Para recorrer, é necessário que a parte demonstre contradição entre a sentença e a jurisprudência dos tribunais, o que na Espanha é muito raro ocorrer. Uma apelação, pois, é sempre extraordinária. Disso resulta uma extrema agilidade, pois mesmo que um recurso chegue ao Supremo - o que pressupõe uma questão de alta indagação jurídico-constitucional - terá sido julgado na mais alta Corte cerca de um ano e meio após o ingresso da ação na primeira instância.

**Que avaliação o senhor faz das recentes reformas trabalhistas em seu país?**

O governo anterior realizou uma profunda reforma na legislação social, que foi imposta ao país por meio de decreto-lei, sem pactuação entre os sindicatos e o empresariado. O modo como foi imposta causou resistências, fazendo com que o governo voltasse atrás e deixasse as coisas como estavam. Muito embora exista um certo consenso, no sentido da necessidade de flexibilizar o mundo do trabalho e possibilitar o que chamamos de "uma reconvenção industrial", é necessário que tal reforma resulte de um amplo acordo entre trabalhadores e empresários, com o apoio do governo. A negociação terá seus resultados encaminhados ao Parlamento, para que este a convalide e a traduza em novas leis. Estará concluído, assim, o que na Espanha chamamos de *La Legislación Laboral Pactada*.

## Posto avançado da VT de São José dos Pinhais em Rio Negro deve ter primeira audiência dia 25

A partir de fevereiro, unidade avançada da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais passará a funcionar em Rio Negro, em razão de termo de cessão de uso de imóvel firmado no final de dezembro de 2004 entre a prefeitura rionegrense e o TRT-PR. A primeira audiência está agendada para o dia 25.

Serão realizadas naquela cidade as audiências dos processos cujas partes tenham domicílio naquele município e nos de Quitandinha, Campo do Tenente e Pien, conforme estabelece a Portaria 1, de 10 de dezembro de 2004, assinada pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão.

Pelo convênio, a prefeitura disponibilizará servidor para receber e protocolizar iniciais, outras petições e recursos. Estes serão encaminhados à Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, que expedirá as citações

e intimações para as partes. No local haverá terminal de extratos para consultas sobre o andamento das reclamações trabalhistas.

Além de servidor, a prefeitura de Rio Negro colocou à disposição da Justiça do Trabalho espaço físico no Paço Municipal, que será utilizado para realização de audiências, instalação de secretaria da unidade e gabinete para juiz. Para realização das audiências, nos dias agendados o juiz titular e dois servidores se deslocarão da Vara de São José dos Pinhais para Rio Negro. Um servidor trabalhará na sala de audiência e outro no atendimento da secretaria.

Segundo o titular da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, o posto avançado de Rio Negro "é um projeto inovador, pois não visa apenas a realização de audiências, mas prin-



*Assinatura do termo de cessão entre a Prefeitura de Rio Negro e o TRT-PR. Da esquerda para a direita, as advogadas do município Irmeli Melz Nardes e Ana Luiza Brandt, o então prefeito Ary Siqueira e o juiz do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão*

cipalmente oferecer serviços de atendimento ao público, consultas sobre tramitação processual e protocolo de petições".

## Magistrado do Tribunal Supremo da Espanha profere palestra na Amatra

Em 21 de janeiro, o magistrado do Tribunal Supremo da Espanha e vice-presidente do Conselho Geral do Poder Judiciário, Fernando Salinas Molina, proferiu palestra na sede da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região. O evento foi realizado em parceria entre o TRT-PR e a Amatra.

Na ocasião, foi realizada uma exposição panorâmica sobre o Direito Processual do Trabalho na Espanha e a competência do Conselho Geral do Poder Judiciário, órgão que se assemelha ao Conselho Nacional de Justiça, que será implantado no Brasil como

estabelece a reforma do Judiciário.

Salinas é magistrado de carreira na Espanha. Foi diretor do Fórum Trabalhista de Barcelona e também magistrado do Tribunal Superior de Justiça da Catalunha antes de ser promovido para o Supremo Tribunal, em 1976, onde atua em uma turma especializada em matéria laboral.

Felix Pantoja, membro do Ministério Público Espanhol e do Conselho Geral do Poder Judiciário, também fez uma explanação durante o evento, abordando temas relacionados ao Judiciário daquele país.



*Na foto acima, o juiz Fernando Molina durante sua palestra, ladeado pelo presidente do TRT-PR, juiz Fernando Ono e pelo juiz titular da Vara do Trabalho de Rolândia, Reginaldo Melhado (ambos à esquerda) e pelo membro do MP espanhol Felix Pantoja (à direita). Na foto abaixo, juizes do TRT-PR e convidados assistindo à palestra*



*Juiz Molina, com o presidente do TRT-PR, juiz Fernando Eizo Ono, e com o corregedor-regional da Justiça do Trabalho no Paraná, juiz Nacif Alcure Neto*



## TRT repassa imóvel da Dr. Faivre à Polícia Federal

Antiga sede do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, na Rua Doutor Faivre, 1.212, em Curitiba, foi transferida ao Departamento de Patrimônio da União, que de imediato a colocou à disposição do Departamento de Polícia Federal no Paraná.

O prédio já abrigou em diferentes épocas a Administração do TRT, as Varas do Trabalho de Curitiba e a extinta Secretaria Integrada de Execuções (SIE). Até o final do ano de 2004,

funcionavam naquele local a Secretaria de Recursos Humanos, o Serviço de Perícias Grafodocumentoscópicas, a Sala dos Oficiais de Justiça e o Setor de Manutenção da Secretaria de Informática.

As três primeiras unidades foram transferidas, em 2004, para o Anexo Administrativo do Fórum de Primeiro Grau (Rua Vicente Machado, 400) e o Setor de Manutenção para o prédio do Cajuru.

# Concurso para juiz do Trabalho tem 220 aprovados na 1ª fase

**D**os 1.019 inscritos, 220 foram aprovados na primeira fase do 19º concurso público para o provimento de cargos da carreira inicial da magistratura do trabalho (juiz substituto) da 9ª Região - Paraná. A prova consistiu em questões de conhecimentos gerais em Direito.

Os nomes dos classificados estão disponíveis nos sites do TRT-

PR - [www.trt9.gov.br](http://www.trt9.gov.br) e da empresa contratada para a coordenação do concurso - [www.aocp.com.br](http://www.aocp.com.br). As notas de todos os candidatos também já estão no site da AOCF. A maior nota foi 9,2. A menor 7,8.

Os classificados estão convocados para a segunda fase, prevista para o próximo 5 de março, quando serão avaliados conhecimentos específicos em Direito do Trabalho, Processual do Trabalho e Processual Civil. Aqueles que obtiverem aprovação estarão qualificados para a terceira fase - elaboração de sentença trabalhista.

Dos aprovados na primeira prova, 122 são homens e 98 mulheres. São Paulo é o estado de origem da maioria (77, ou 35% deles), seguido pelo Paraná, onde nasceram 63 classificados



*Candidatos ao concurso acompanham a divulgação do resultado da 1ª fase*



*Juiz Fernando Ono divulga o resultado, ao lado das servidoras do TRT que integram a Comissão do Concurso, Rosicler Cretella e Carla Basso*

(28%). Seguem-se os naturais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro - 21, 18 e 14 aprovados, respectivamente. Ao todo, 14 unidades da Federação estão representadas no universo de qualificados à segunda fase.

Prevalece a faixa etária até 30 anos (101 dos aprovados). 86 têm idade variável de 31 a 40 anos e 27 estão na faixa dos 41 a 50 anos. Somente seis dos classificados têm idade superior a 50 anos.

## Intercâmbio jurídico

**E**m 17 de janeiro, a Amatra-IX recebeu o professor Gus Cochran, que leciona Direito do Trabalho na Universidade da Georgia – EUA. Na oportunidade houve troca de idéias sobre os sistemas jurídicos no Brasil e nos Estados Unidos. No dia 18, o professor esteve no Tribunal do Trabalho do Paraná, ocasião em que encontrou os juízes Wanda Santi Cardoso da Silva (vice-presidente então no exercício da Presidência), Nacif Alcure Neto (corregedor-regional) e Paulo Henrique K. e Conti (substituto).



## Permuta e posse de juiz substituto

No dia 1º de fevereiro, às 17 horas, no gabinete da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, toma posse Felipe Augusto de Magalhães Calvet no cargo de juiz substituto da 9ª Região Trabalhista. O magistrado atuava no 15º Regional e permutou com a juíza Adriana de Jesus Pita Colella, que integrava a 9ª Região.

## Convênio com instituições financeiras para empréstimo

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Frederico M.Lopes / Cinthia Adriana	(41) 322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 222-7600 / 222-7307
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino/ Dolores Pilz	(41) 310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro/ Nereu Leineker	(41) 310-7104
Paraná Banco	Maria Izabel Couceiro Barros	(41) 3028-9850

## Obras

# Vara de União da Vitória funciona temporariamente em novo endereço

Desde janeiro deste ano, a Vara do Trabalho de União da Vitória está funcionando na Avenida Interventor Manoel Ribas, 150 - sobreloja. A transferência temporária de endereço da unidade judiciária deve-se a obras que estão sendo realizadas na sede própria, que fica no prédio 330 da Rua Coronel João Gualberto.

As obras prevêem ampliação do espaço e renovação das instalações do imóvel. O prédio, que contava com área de 389,95 m<sup>2</sup> (incluindo edícula) será ampliado para 462,63 m<sup>2</sup>.

Além da ampliação do espaço da secretaria, houve o acréscimo de um gabinete de juiz auxiliar com o respectivo

sanitário e espaço para abrigar os equipamentos de informática, como no-break e servidor de rede. Foram remanejados sanitários e copa, propiciando aos juizes e servidores ambientes novos e mais adequados. Na área pública está sendo acrescentado um posto bancário e serão ampliadas salas de espera e de conciliação. Também haverá adaptação de um banheiro para deficientes físicos. O arquivo será reformado em razão de seu estado atual, com infiltrações que comprometem o acervo arquivado.

As instalações contarão, ainda, com sistema novos de iluminação, infraestrutura de informática e de telecomunicações. Como complemento, será



Na primeira foto, a sede que está sendo reformada. À direita, o prédio em cuja sobreloja está instalada provisoriamente a Vara de União da Vitória



## Autuadas em Curitiba primeiras ações da ampliação de competência da JT

Em janeiro deste ano foram distribuídas em Curitiba, para as 9ª e 18ª Varas do Trabalho, as primeiras ações resultantes da Emenda Constitucional 45/2004, que estabeleceu reformas no Poder Judiciário, ampliando a competência da Justiça do Trabalho. Com a reforma, em razão da especialização nesta área, o Judiciário Trabalhista passa a processar e julgar todas as discussões dos direitos e deveres derivados das relações do trabalho, não somente as das relações de emprego.

Para a 9ª Vara do Trabalho da capital foi encaminhada pela 16ª Vara Cível da Comarca de Curitiba Ação Ordinária de Indenização Decorrente de Ato Ilícito contra empresa de transporte de passageiros. A ação foi proposta por funcionário que alega

ter sofrido acidente de trabalho ao cumprir ordem para consertar motor de ônibus que apresentava defeito, perdendo metade da falange de dedo da mão direita. A ação tramitava na esfera cível deste 2003 e foi autuada em 10 de janeiro na 9ª VT como Reclamatória Trabalhista 474/05.

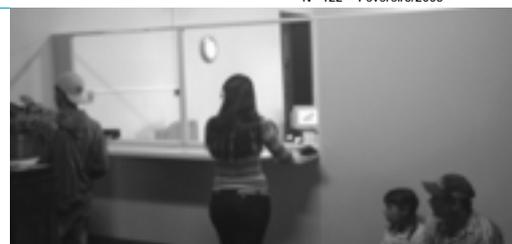
Por sua vez, a 18ª Vara do Trabalho de Curitiba recebeu em 18 de janeiro Ação Ordinária Indenizatória Salarial - protocolada diretamente pelo advogado da autora - contra a União Federal, proposta por servidora pública aposentada vinculada ao Comando da Aeronáutica, que pleiteia adequação nos soldos na ordem de 28,86%. A ação ordinária tramita na Vara do Trabalho como Reclamatória Trabalhista autuada sob nº 913/2005.

## Ações em outras cidades do Paraná

**- Ponta Grossa** - Em 19 de janeiro, foi ajuizada no Fórum da Justiça do Trabalho de Ponta Grossa, a primeira ação decorrente da EC 45/2004. Distribuída à 1ª VT, a ação pleiteia indenizações por dano moral e material em virtude de acidente de trabalho. O autor teve amputado membro inferior esquerdo.

**- Toledo** - Quatro ações foram ajuizadas em decorrência da Emenda Constitucional 45 de 2004 na Vara do Trabalho de Toledo, em 10 de

janeiro deste ano. Sob os números 3, 4, 5 e 6 de 2005, as ações visam à cobrança de prestação de serviços de colheita de soja em propriedade rural. De acordo com os autores, os serviços foram prestados no início de 2004, sendo que o maquinário foi transportado de Tupãssi (Paraná) para o Alto de Taquari (Mato Grosso). O pagamento para a empreitada foi acertado em comissão (6% da produção colhida), que seriam pagos em três parcelas.



Atendimento ao público na sede temporária da Vara do Trabalho de União da Vitória

disponibilizada ao imóvel nova comunicação visual de acordo com o padrão adotado pelo TRT do Paraná. As obras foram executadas a partir de anteprojeto elaborado pela Secretaria Administrativa do Tribunal, com a maior parte dos recursos financeiros advindos do orçamento da 9ª Região.

## Setoriais de apoio no interior agilizam o atendimento da SA

Um atendimento mais rápido pela Secretaria Administrativa às Varas do interior é objetivo que está mais próximo de ser concretizado. Nesse sentido, foram estabelecidas em janeiro de 2005 duas setoriais, em Maringá e Londrina. Elas se somam à de Cascavel, que existia desde janeiro de 2003. "A de Apucarana foi extinta, considerando-se a cidade de Maringá mais abrangente e central para o atendimento", esclareceu o diretor da SA, Sandro Alencar Furtado.

O rápido atendimento das unidades do interior na manutenção e procedimentos para aquisições e requisições de materiais visa neutralizar a distância existente da capital. Para tanto, a escolha das cidades para a instalação das setoriais foi estratégica: Maringá (setorial I); Cascavel (setorial II) e Londrina (setorial III). Assim, as unidades próximas das setoriais se utilizam do atendimento mais célere.

José Luiz Cartolari, diretor do Serviço de Apoio Administrativo no TRT, esclarece que o atendimento das Varas do Trabalho será conforme a localização da setorial, já considerando-se a criação das novas Varas estabelecidas pela Lei 10.770/03. Portanto, a divisão de apoio administrativo - setorial I - Maringá atenderá: Cianorte, Maringá, Nova Esperança, Paranavaí, Campo Mourão, Ivaiporã, Loanda e Umuarama. Na setorial II - Cascavel: Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Pato Branco. Na setorial III - Londrina: Apucarana, Arapongas, Cambé, Cornélio Procópio, Londrina, Po-recatu, Rolândia, Bandeirantes, Cambará, Jacarezinho, Jaguariaíva, Santo Antônio da Platina e Wenceslau Braz.

"A partir deste ano a pretensão é ampliar a manutenção e assistência técnica para os equipamentos de informática (microcomputadores e impressoras)", salienta otimista Sandro Furtado.

# Nomeados diretores de cinco fóruns para 2005

O presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, nomeou recentemente magistrados para o exercício das diretorias de cinco fóruns de primeiro grau da Justiça do Trabalho no Paraná.

Valdecir Edson Fossatti, titular da 11ª Vara de Curitiba, foi designado para a direção do fórum da capital, até 15 de dezembro de 2005. Ele terá por substituto o titular da 12ª Vara, Aparecido Sérgio Bistafa.

A titular da 2ª Vara de Maringá, Valéria Rodrigues Franco da Rocha, foi nomeada para mandato até 12 de dezembro na direção do fórum da cidade, sendo secundada pelo titular da 3ª Vara, Edmilson Antonio de Lima.

Para a direção do fórum cascavelense, até 4 de dezembro, foi designado Paulo Cordeiro Mendonça, titular da 1ª

Vara. Nas férias, licenças e outros impedimentos, ele será substituído por Ana Glédis Tissot Benatti do Valle, titular da 2ª Vara de Cascavel.

Paulo Ricardo Pozzolo, titular da 2ª Vara de Guarapuava, dirige o respectivo fórum até 19 de outubro. Seu imediato é Mauro César Soares Pacheco, que exerce a titularidade da 1ª VT guarapuavana.

A titular da 1ª Vara de Ponta Grossa, Giana Malucelli Tozetto, exerce a direção do respectivo fórum até 2 de novembro. Em sua ausência, as funções serão exercidas pela titular da 2ª, Silvana Souza Netto Mandalozzo.

Neste fevereiro, terminam os mandatos dos atuais diretores dos fóruns de Foz do Iguaçu e Londrina. A próxima edição do **Nona** trará os nomes dos indicados para o período anual subsequente.

## INFORMATIZANDO

Coluna da Secretaria de Informática do TRT-PR



### Instalado datacenter do TRT-PR

Foi concluída, no início de janeiro, a instalação física do datacenter do TRT, local onde ficarão concentrados os principais equipamentos responsáveis pela comunicação, armazenamento e processamento de dados do Tribunal.

A nova sala, que conta com um moderno sistema de controle de acesso, fica na sobreloja do anexo administrativo do prédio 400 da Rua Vicente Machado, em Curitiba.

A instalação do datacenter está prevista no Plano Plurianual de Informatização do TRT, sendo indispensável à execução dos demais projetos nele previstos. Sua conclusão depende agora do recebimento e instalação de diversos equipamentos já licitados pelo TRT ou previstos no Convênio assinado em 2004 com o Banco do Brasil.

### Em Campo Mourão



Em 9 de dezembro do ano passado, o juiz titular da Vara do Trabalho de Campo Mourão, Jorge Luiz Soares de Paula, assinou contrato de doação de autos findos daquela unidade ao Núcleo de Prática Jurídica do Centro Educacional Integrado. No total, 53 processos findos, com 82 volumes, serão utilizados pelos acadêmicos de Direito da instituição. Na mesma data, o magistrado repassou ao Lar dos Velhinhos Frederico Ozanan cheque de R\$ 295,00 referente à doação de papéis picotados de processos arquivados há mais de cinco anos naquela Vara.



### PROJETO MEMÓRIA

## NO PRIMEIRO ANO MUITOS PROCESSOS, POUCOS SERVIDORES

Nos primeiros meses de funcionamento do TRT do Paraná, o então presidente da Corte, juiz Alcides Nunes Guimarães, diagnosticava as dificuldades da segunda instância trabalhista no estado: escassez de recursos humanos e excesso de processos.

O jornal Gazeta do Povo, em reportagem de sua edição de 19 de novembro de 1976 - 63 dias depois da instalação do Tribunal - trazia declarações do dirigente e dados estatísticos da Justiça do Trabalho. Segundo o juiz Alcides, não fosse o déficit quantitativo de servidores e a sobrecarga de 900 processos recebidos dos TRTs paulista e gaúcho, "estaríamos com todo o nosso trabalho rigorosamente em dia".

O pequeno número de servidores era debitado à não efetivação, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP (que seria extinto anos depois), dos aprovados em concurso público. Com isso, o TRT contratou pessoal pelo regime da CLT. Os poucos contratados não tinham experiência nas funções para as quais foram contratadas, "o que provocou séria defasagem no andamento dos trabalhos" - declarava o juiz-presidente. Segundo ele, o problema seria contornado em março de 1977, com novo concurso do DASP.

O Regional - que era composto por oito juízes - havia recebido, em pouco mais de um mês e meio, quase mil processos dos TRTs das 2ª e 4ª Regiões. Destes, 178 haviam sido distribuídos aos magistrados.

### DESTAQUE NA IMPRENSA

#### Processos sobrecarregam TRT

Três mil processos foram recebidos pelo TRT do Paraná em janeiro de 2005, o que representa um aumento de 30% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Segundo o juiz-presidente do Tribunal, Fernando Eizo Ono, a sobrecarga é decorrente da falta de servidores e da escassez de recursos humanos.



Trabalhando com falta de funcionários, os servidores do TRT estão sobrecarregados. O juiz-presidente do Tribunal, Fernando Eizo Ono, declarou que a sobrecarga é decorrente da falta de servidores e da escassez de recursos humanos.

# O importante é competir

**C**ompetir é um verbo altamente estimulante para o servidor Eduardo Santos Alonso, sobretudo se a competição for esportiva. No entanto, embora valorize a disputa mais do que a própria vitória, ele é um verdadeiro colecionador de troféus no desporto. Só no tênis, que pratica há pouco mais de quatro anos, já obteve 78.

O colega conta que desde os 7 anos de idade dedica-se à prática metódica de exercícios físicos, tendo transitado por diversas modalidades esportivas. Ao triathlon – formato *Ironman* (conjunção de 4 km de natação, 180 km de ciclismo e 42,195 km de corrida num único dia), dedicou-se por mais de uma década, tendo completado 8 provas. Eduardo quebrou o recorde mundial na etapa de corrida num campeonato realizado na Flórida em 1999, com o tempo de 3 horas e 7 minutos, obtendo a 16ª colocação entre 3.000 participantes. Ao completar a prova em 9h45, estabeleceu novo recorde brasileiro para a faixa etária



de 35/40 anos. Este ano, só para aquecer, ele já começou brilhando: dia 23 de janeiro venceu uma prova de *duathlon* (750 m de natação e 5 km de corrida) em Caiobá, pelo sistema de revezamento em dupla, derrotando 319 competidores.

Eduardo diz que triathlon é auto-superação, uma luta entre o atleta e seus limites. Já o tênis, sua atual paixão, considera um duelo entre gladiadores modernos, com a diferença de que ambos saem vivos do campo de batalha: a quadra.

Ele explica que existem seis classes para o tênis, iniciando-se pela 6ª. Tendo atravessado todas as classes (com a obtenção do primeiro lugar em cada uma delas, vencendo todos os campeonatos paranaenses disputados desde 2000), o colega alcança este ano a 1ª classe e passa a disputar torneios com premiação em dinheiro.

“Tenho a sensação de ter chegado ao tênis um pouquinho tarde. Se tivesse começado aos 5 ao invés de aos 35 anos

de idade, sabe Deus onde eu poderia ter chegado com esse esporte. Infelizmente não poderei disputar os grandes torneios profissionais, mas como sou o primeiro tenista a atingir a 1ª classe aos 40 anos, ainda pretendo fazer muitos jovens tenistas suarem a camisa para vencer a partida”, diz.



*Eduardo mostra sua galeria de troféus*

de idade, sabe Deus onde eu poderia ter chegado com esse esporte. Infelizmente não poderei disputar os grandes torneios profissionais, mas como sou o primeiro tenista a atingir a 1ª classe aos 40 anos, ainda pretendo fazer muitos jovens tenistas suarem a camisa para vencer a partida”, diz.

Integrando o quadro funcional da Justiça do Trabalho paranaense desde 1990, passou pelo Setor de Portaria, pela Secretaria Administrativa e pela SIEEx. Atualmente trabalha na 2ª Vara de Curitiba.

Formado em Educação Física e Direito, ele tem planos para os dois cursos: fazer especialização em Direito do Trabalho para, futuramente, tentar a magistratura e participar de torneios internacionais de tênis realizados no Brasil. “Este último projeto nem que seja através de ‘eutrocínio’” - conclui, bem humorado. ■

## DICAS

# EDUCAÇÃO EMOCIONAL NAS RELAÇÕES HUMANAS

*Fonte de pesquisa - “Inteligência Emocional”, de Daniel Goleman*

***Ter educação emocional é mera consequência da já propalada inteligência emocional. Tornou-se fundamental dentro da estrutura administrativa na gestão dos recursos humanos, sejam públicos ou privados, desenvolver o QE (quociente emocional) aliado ao intelectual QI (quociente de inteligência). Essa combinação de emoção, razão e cérebro gera resultados na produtividade, relacionamento e bem-estar no ambiente de trabalho.***

Confira algumas dicas para você perceber se tem potencial para desenvolver as cinco aptidões emocionais básicas:

### ***Capacidade de reconhecer os próprios sentimentos***

Se não for capaz de avaliar a qualidade e a intensidade dos próprios sentimentos o indivíduo não poderá definir

até que ponto estes sentimentos o estão influenciando e às pessoas que o cercam.

### ***Capacidade de empatia***

Empatia é a capacidade de sentir como o outro, de perceber as emoções do outro como se estivéssemos no lugar dele. Ter esta capacidade é fundamental para estabelecermos relacionamentos bem sucedidos, seja na família ou no trabalho.

### ***Capacidade de controlar as próprias emoções***

Ter controle sobre as próprias emoções significa ser capaz de expressar adequadamente o que se está sentindo, evitando expressões emocionais ofensivas e improdutivas, além de ser capaz de adiar a expressão das mesmas até um momento propício. Isto é diferente de conter e simplesmente reprimir, suprimir ou engolir as emoções.

### ***Capacidade de remediar danos emocionais (reparação)***

Desenvolver a capacidade de reconhecer os próprios erros em relação aos outros e de reparar os danos que isto possa ter causado, ou seja, saber desculpar-se efetivamente.

### ***Capacidade de integração emocional e interatividade***

É a habilidade de estar consciente do próprio estado emocional, ao mesmo tempo em que se está em sintonia com o estado emocional daqueles que o cercam, e ser capaz de interagir eficazmente com eles.